

As novas tecnologias de comunicação e informação: novos mecanismos de exclusão social?

Olga Guedes¹

"The image of a networked society is uncomfortably close to a netted society, one that is captured in a cage of communication". J. TEOH (Times Magazine)

O debate sobre as novas tecnologias tem levantado dúvidas e contradições quanto a sua importância enquanto um instrumento de mudança social. Discute as implicações do crescimento da Internet, com observações sobre a desigualdade de poder e acesso, em termos de comunicação e informação na economia política mundial.

NO debate sobre o impacto das novas tecnologias na sociedade, tem havido um certo exagero quanto à extensão e velocidade das mudanças que são atribuídas ao seu uso. Para alguns autores, a introdução das novas tecnologias prenuncia um terremoto cultural e existência que resultará em nada menos do que uma revolução da consciência (SARDAR & RAVERTS, 1996, p. 2,7).

Embora tais mudanças sempre pareçam estar próximas, sua variedade e caráter abrangentes estimulam comentários e teorias imaginativas. De um lado, é sugerido que o aumento do uso de novas tecnologias e suas possibilidades interativas irão ampliar a participação social. Por outro, evidências iniciais apontam que elas aumentaram a já existente divisão entre aqueles que podem ter acesso e fazer bom uso delas e aqueles excluídos pelas barreiras culturais, financeiras, educacionais e outras.

A última década tem assistido a uma considerável mudança nos rumos das democracias políticas. Na África do Sul, finalmente, a maioria de sua população conquistou o direito de voto. Na Europa Central e Oriental mudanças apontam para o estabelecimento da democracia política. A lista poderia continuar. Muitas vezes os processos de mudanças não são completos ou deixam muito a desejar, mas, certamente, elas aconteceram e significaram liberdade e a possibilidade de uma vida melhor para milhões de pessoas.

Durante aproximadamente o mesmo período, o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação também foi imenso. Tecnologias de transmissão digital e sistemas interativos a cabo estão disponíveis no mercado e empresas de comunicação estão entrando no mercado para explorar novos produtos. Novamente, a realidade é menos impressionante do que parece, mas, de qualquer forma, as mudanças estão ocorrendo.

Estas duas tendências se sobrepõem apenas parcialmente. Na realidade,

¹Professora da Universidade Federal do Ceará



novas tecnologias de comunicação e informação tiveram um papel marginal na derrubada do apartheid ou do stalinismo. A discussão das indústrias que lidam com novas tecnologias gira mais em torno dos lucros a serem obtidos, do que com preocupações com a liberdade humana. Mesmo assim, nada alimenta mais a esperança no progresso do que o surgimento destas tecnologias.

Nos últimos anos, novas tecnologias como o vídeo comunitário, a televisão a cabo e canais de rádio populares têm prometido ser suporte para a diversidade cultural e um mecanismo de democratização. Entretanto, cada uma delas vêm desaparecendo enquanto instrumento para mudanças sociais. A apropriação das novidades tecnológicas e de informação pelos poderosos e pelo aparato do Estado não surpreende aqueles familiarizados com a história das bibliotecas, da imprensa, do jornal ou da televisão. Contudo, com as fronteiras do capitalismo em franca transição neste final de século, reacendeu no ânimo dos mais otimistas o sentimento de que o formidável e sem precedente desenvolvimento das novas tecnologias baseadas no computador talvez significasse alguma coisa diferente para a humanidade.

O último repositório de tal otimismo tem sido a Internet, uma crescente rede mundial de computadores que gerou sua própria cultura e literatura. Contudo, a comercialização cada vez maior da Internet pode levar facilmente ao fatalismo de aceitar que outra tecnologia potencialmente libertadora será engolida pelo *free market*.

Assim, no presente estágio de desenvolvimento, a Internet apresenta algumas contradições e possibilidades inerentes ao momento político e histórico. Quatro áreas ilustram o presente estágio de incertezas e oportunidades.

É a Internet um recurso para uso da comunidade ou um mecanismo de mercado? Resultados de pesquisas afirmam que é enorme a demanda por informação na Web e excede a demanda por diversão (NIELLSEN, 1994). Todavia, a projeção dos consultores da Comissão Européia para as fontes de lucro das redes de serviços multimídia no ano 2005, é de que 42% será originado da diversão e pornografia e somente 11% será oriundo dos serviços de informação.

É a Internet um espaço de integração ou exclusão? Os otimistas consideram a rede como um universo conectado onde *comunidades virtuais* ofereceriam apoio recíproco e espaço para sociabilidade. A rede seria uma estrutura horizontal de comunicação e informação, diferente das antigas estruturas verticais. *Comunidades virtuais* é uma expressão que continua muito controversa dentro da teoria social. Isto porque essa teoria vem, por muitos anos, desenvolvendo um referencial analítico para detectar as aparentes mudanças que estão acontecendo na base das organizações sociais calcadas no mundo do trabalho (classe), para uma organização mais baseada no consumo (estilo de vida e identidade) ou em ações coletivas (movimentos sociais).

A chegada da comunicação através do computador abre o debate sobre a questão: novas formas de associação irão surgir a partir de seu uso? As *comunidades virtuais* transcenderiam os prévios limites da ação social, pela facilidade de explorar tais comunidades e sua comunicação e as possibilidades que isto poderia gerar para a criação de identidades artificiais. Assim, é sugerido que, por exemplo, a esfera pública reconstitui-se como um espaço cibernético e, como tal,

quebra a relação de modernidade, facilitando novas possibilidades democráticas indisponíveis no mundo atual. A realidade, entretanto, parece ser outra. Por exemplo, as discussões sobre censura e pornografia na Web têm mostrado a exclusão da mulher neste espaço de natureza sexista e patriarcal.

Mas, a maior exclusão é a econômica, gerada pelo custo exigido para se ter acesso à Internet. Pesquisas recentes mostram que, nos Estados Unidos, o número de pessoas que adquiriram computadores está no seu limite máximo, com um crescimento quase zero, em 1995. A maior parte das vendas não é para novos consumidores, mas para pessoas que estão simplesmente modernizando ou atualizando seus computadores, o que exacerba a distância já existente entre quem tem e quem não tem acesso à Internet. Assim, a emergência de novos produtos de comunicação tem coincidido com o aumento das desigualdades de renda. Ou seja, com a entrada das novas tecnologias de comunicação e informação no mercado, as grandes desigualdades econômicas são ampliadas, traduzindo-se em desvantagem cultural e política para os menos afortunados.

É a Internet um espaço de diversidade ou de conglomerados? Um outro sonho dos pioneiros da Internet era que ela fosse um espaço para novos talentos, novos inventores-empresendedores que pudessem enriquecer vendendo suas criações na rede. Afinal de contas, o inventor da Web foi um desconhecido engenheiro de software trabalhando num laboratório na Suíça e o mais popular programa da Internet, o Netscape, saiu de um grupo de estudantes da Universidade de Illinois, tornando seu inventor milionário, instantaneamente. O que se tem visto é o espaço sendo ocupado pelas grandes corporações, tais como AT&T, Apple & World e Murdoch & Delphi. Os pequenos negócios do novo mercado das tecnologias talvez até desafiem as grandes companhias mas, o grosso dos negócios, termina ficando sob o seu controle.

Por último, é a Internet uma democracia *eletrônica* ou um espaço para o individualismo cibernético? Até há alguns anos atrás, a chegada da TV a cabo e das redes de computadores causavam uma certa expectativa no que se convencionou chamar de era da teledemocracia, que seria uma democracia ateniense digital. Os eleitores teriam acesso direto a seus políticos, que seriam eleitos por *referendum* eletrônico. Mais ainda, a Internet possibilitaria um contínuo mecanismo de democracia política e informação política para seus cidadãos. Entretanto, os céticos nos lembram que, naquele modelo de democracia, escravos e mulheres não tinham voz política. O mesmo acontece com a democracia cibernética: até que esta *teledemocracia* chegue, o acesso à Internet estaria limitado aos tecnocratas e intelectuais que teriam acesso ao privilegiado universo político, impossível ao *tecnologicamente* pobre. Haveria também o risco potencial para uma individualização da política. Em uma democracia cibernética, o papel de organizações como os sindicatos, partidos políticos e grupos de pressão seriam atrofiados. Uma democracia direta somente seria possível quando o *demos* pudesse vir junto com o *virtual*. Mas, o pressuposto do acesso universal, por si só ilusório, é também baseado em uma ficção sobre a natureza da interatividade. Compras em casa pela Internet não têm dado certo porque as pessoas querem ver, tocar e interagir com o que estão comprando e com as pessoas com as quais estão tratando. Provavelmente, isto mudará quando o sistema se tornar mais seguro e elaborado. Interatividade na rede,



longe de ser um mecanismo para o debate democrático, seria um conceito ligado à ação de responder a questões de múltipla escolha e entrar um número de cartão de crédito! Assim, individualização, acesso desigual e perda de direitos políticos poderão vir a ser o resultado desta era eletrônica.

A emergência de desigualdades eletrônicas geradas pela World Wide Web e seu caráter comercial refletem a economia política que rege as tecnologias de comunicação e informação. Isto cria uma dupla diferenciação tanto no nível internacional quanto nacional. Acesso a recursos informacionais e de comunicação somente tem valor para exploração comercial se puder ser controlado pelos mecanismos de preço. Ou seja, cria-se escassez e barreiras para a entrada do consumidor e do produtor no mercado.

Este cenário vem se ampliando em escala global. Os anos 80 foram considerados pelos analistas econômicos como a década perdida para dois terços dos mais pobres do mundo. No começo da década, aproximadamente 6% da população do mundo vivia em países cuja renda per capita era menos de 10% da média mundial.

A combinação de alguns "fatores, tais como o protecionismo econômico do Norte, o declínio de ajuda aos países em desenvolvimento pelos mais ricos, o aumento das taxas de juros e dos débitos internacionais, consolidou uma crise nas economias daqueles países. Por volta do ano 2000, enquanto os países ricos estarão celebrando o novo milênio e discutindo sobre as possibilidades do futuro digital, em torno de um bilhão de pessoas estarão vivendo em pobreza absoluta. Algo em torno de 70% da renda per capita do mundo é produzida e consumida por 15% da população.

Neste contexto, não é de surpreender que o espaço ocupado pelos bens de comunicação e informação seja marcado pelas diferenças de acesso entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Por exemplo, a Europa e os Estados Unidos continuam dominando o mercado de produção de livros. A predominância das editoras multinacionais de língua inglesa no mercado editorial se estende ao mercado da mídia internacional: mais da metade da produção de jornais encontra-se no mundo industrializado. Enquanto isso, a África possui somente 1 % da circulação de jornais do mundo, a mesma proporção de uma década atrás.

A ampliação do domínio da televisão como meio de comunicação tem sido dramática e veloz na maioria das regiões. Europa e América do Norte possuem dois terços do total de aparelhos de rádio e televisão do mundo, embora estas regiões respondam por somente 14.9% (Europa) e 5.2% (América do Norte) da população mundial. Por outro lado, a África, com 12.1 % da população do planeta, possui somente 3.7% de aparelhos de televisão e 1.3% de rádios. Existem oito vezes mais títulos de livros produzidos per capita nos países desenvolvidos se comparado com a produção dos países em desenvolvimento. O mesmo desequilíbrio pode ser visto na produção de jornais. Isto dá uma boa idéia da década perdida e o quanto amplia o abismo entre ricos e pobres.

Na área de telecomunicações o abismo se repete. Nos países africanos e da América do Sul, a telefonia básica continua um sonho para os mais pobres. Na África do Sul existem sessenta telefones para cada cem habitantes brancos, mas somente um para cada cem habitantes negros (a estatística geral é de 1.6 telefones por cem

habitantes para todo o continente). Em 1994, Europa e América do Norte detinham 69% dos recursos de telecomunicações enquanto a América do Sul detinha somente 2%.

O cenário é o mesmo em relação à Internet. Em 1994, não havia um único computador conectado à rede nos países menos desenvolvidos. A Internet Society estimou que, em 1994, existiam somente 0.002% habitantes na Índia como usuários da Internet, comparado com 48.9% na Suécia. A maioria das nações africanas continuam não tendo acesso à Internet, embora os possíveis usos para a rede sejam enormes nas áreas essenciais como saúde e educação. Por exemplo, na América do Sul, somente nos últimos anos é que vem se desenvolvendo, uma política tecnológica para garantir a instalação da tecnologia por fibra ótica.

Entre as contradições e o otimismo trazido pelas novas tecnologias, continuamos sem saber exatamente que impactos elas terão sobre as sociedades, além dos que já conhecemos. Já ouvimos antes sobre o potencial multiplicador *mágico* das tecnologias: o gravador facilitou a reprodução, duplicação e disseminação da música e estilos locais em outras regiões, mas também é a forma de distribuição usada pela indústria da música transnacional para invadir os mercados regionais. O vídeo passou a ser utilizado como instrumento político e de pressão para as lutas reivindicatórias dos movimentos sociais; garantiu a completa integração entre a indústria da televisão e do filme na divulgação, em nível doméstico, dos padrões ocidentais de entretenimento.

A Internet é considerada pelos mais otimistas como o meio para a democratização da comunicação e como uma rede global que irá revolucionar as relações tanto local quanto globalmente. O que se vê, cada vez mais, é sua comercialização, processo muito parecido com o que já ocorreu no passado com as promessas de *democratização* feitas a respeito de outras tecnologias.

As contradições inerentes nestas esperanças e dúvidas sobre as novas tecnologias estão embutidas nas políticas internacionais: a tensão entre o grande potencial para ampliar o acesso à informação e o desejo de posse e controle não é nova. Na *International Telecommunications Union Conference* em 1994, o vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, defendeu o desenvolvimento de uma nova infra-estrutura de informação que tivesse como base cinco princípios: investimento privado, concorrência, flexibilidade de regulamentação, acesso não discriminado e serviço universal. A incompatibilidade de tais princípios é indiscutível! A mesma contradição aparece na Comunidade Européia, quando da *Ministerial Conference on the Information Society*, realizada em fevereiro de 1995, em que o Grupo dos Sete mostrou sua visão de futuro sobre o assunto. De novo, o que se viu foi uma lista de princípios que englobam acesso universal, igualdade de oportunidades, diversidade de conteúdo e cooperação mundial, com especial atenção para as necessidades dos países menos desenvolvidos. Ao mesmo tempo, incluem entre seus objetivos promover a competição, atrair investimentos privados e uma estrutura de regulamentação de acesso. Certamente, as contradições destas aspirações serão o campo de batalha onde se desenvolverão as futuras lutas sobre as políticas das novas tecnologias.

Enquanto as grandes corporações ampliam o processo de mercantilização da Internet e tecnologias similares, haverá um choque de ideais. A American Libraries



Association sugere que "a infra-estrutura nacional de informação tem um potencial quase sem limites para garantir melhorias sociais, diversidade democrática e educação criativa". Mas, realisticamente, também reconhece que "esta infra-estrutura será dominada, controlada pelos gigantes da área (desregulamentada) da comunicação que são guiados pelos lucros e não pela esperança de uma democracia melhor, maior troca cultural, diminuição da pobreza ou melhorias educacionais". A resposta da Associação é a criação de uma "corporation for public networking". (Cyberfutures, 1996, p. 12)

A desigualdade de acesso a informação entre países ricos e pobres tem tomado várias formas. Reorganizar esta situação talvez não signifique que todos os países economicamente pobres tenham o mesmo instrumental sofisticado de processar informação, mas poderia significar que cada país se desenvolveria tecnologicamente, de acordo com seus níveis de necessidade, de forma a garantir sua soberania enquanto nação independente. O desequilíbrio tecnológico e de acesso a informação é fator crucial nas relações internacionais do mundo pós-colonialista. Considerando-se o nível e a quantidade de diferentes interesses envolvidos nesta situação de desigualdade, parece-nos que levará ainda muito tempo antes que esta seja resolvida.

O que estamos presenciando é a mediatização das novas tecnologias, como aconteceu no passado: comercialização, acesso diferenciado, exclusão dos pobres, privatização, desregulamentação e globalização. Tudo isto parece inevitável. Vemos a chegada de um novo instrumento que poderia fortalecer e ampliar a esfera pública ou, igualmente, gerar um veículo para a incorporação de ideais políticos progressistas por um mercado cada vez mais voraz por lucros e menos preocupado com a cidadania. A batalha talvez esteja somente começando, mas o cenário é bastante familiar e os resultados, talvez, previsíveis.

New technologies:
a new mechanism of social exclusion?

The Internet has brought many doubts and contractions in relation to its importance as a tool for social change. In this article the implications of the growth of the Internet are assessed more broadly and set alongside some observations about global communications and information inequalities.

Referências bibliográficas

- DURLACHER, O. The Internet in 1996. /on line/ <http://haven.ledge.co.uk/Durlacher/execSummary.html>, 1996.
- GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOLDING, P. Political communication and Citizenship; the media and democracy in an inegalitarian social order. In: FERGIUSON, M. (Ed.) Public Communication: the new imperatives. Londres: SAGE, 1990. p.84-100.
- MAFFESOLINI, M. A conquista do presente. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- NIELSEN, P. The Commercenet/Nielsen Internet demographic survey. /on line/. 1996.
- PALACIUS, M. Cotidiano e sociabilidade no Ciberespaço: apontamentos para uma discussão. In: FAUSTO NETO, A., PINTO, M.J. (Org.) O indivíduo e as mídias. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 78-87.
- POSTER, M. Cyberdemocracy: Internet and the Public Sphere. 1996. /on line/.
- SARDAR, Z., RAVETZ, J. Introduction: resheaping the technological whirlwind. In: Cyberfutures. London: Pluto Press, 1996.

Recebido em 29/04/97